



CATOLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

ENVOLVIMENTO PARENTAL NO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS: CONTRIBUTO PARA A ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO “PARENT ENGAGEMENT MEASURE” PARA A POPULAÇÃO PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano -

Ana Paula Sousa Ferreira

Porto, julho 2019



CATOLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

ENVOLVIMENTO PARENTAL NO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS: CONTRIBUTO PARA A ADAPTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO “PARENT ENGAGEMENT MEASURE” PARA A POPULAÇÃO PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Psicologia

- Especialização em Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano -

Ana Paula Sousa Ferreira

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Mariana Negrão e Professora Doutora Elisa Veiga

Porto, julho 2019

Agradecimentos

Mais um ano cheio de desafios foi ultrapassado com sucesso. Ao longo de todo este tempo várias pessoas foram-me acompanhando desde sempre e outras começaram a surgir nesta etapa que é a faculdade.

Aos que desde sempre me apoiaram, saliento os meus pais que são incansáveis, educaram-me de forma a enfrentar os desafios, a viver as minhas conquistas, a querer ser sempre melhor e a ter sempre um sorriso no rosto. Além de tudo isto, nunca desistiram de mim, sempre me apoiaram e nunca deixaram de me dar o suporte que sempre necessitava. Por me ajudarem a valorizar as pequenas coisas. Agradeço-vos muito por me ajudarem a construir uma parte daquilo que sou hoje.

Ao meu irmão por ser alguém tão especial que entrou na minha vida desde pequenina. Desde sempre foi um desafio lidar contigo, mas aprendi a compreender que mesmo totalmente diferentes um do outro é possível nos relacionarmos de forma positiva e gostarmos muito um do outro.

Ao meu primo Tiago, não só por me ter ajudado em todas as traduções que foram necessárias na minha dissertação, mas principalmente por ser uma inspiração para mim, por ser um lutador. Por me contagiar com todas as suas gargalhadas, por me motivar com todo o seu positivismo e por ser um excelente exemplo de que o esforço, foco e a dedicação compensam.

Em geral a toda a minha família por me proporcionarem momentos de muita tranquilidade, de muita felicidade e de verdadeiro suporte. Sem dúvida que têm um papel essencial na construção da pessoa que sou hoje.

Ao Tiago por todo o amor que partilha comigo, por toda a dedicação e companheirismo. Por me fazer acreditar que a mudança é possível e que podemos sempre evoluir. Por ser o meu porto seguro.

À Vânia por ter aparecido no meu caminho universitário e por, em pouco tempo, se ter tornado alguém tão essencial e especial. Por ser a minha inspiração ao nível da persistência, rigor,

dedicação e sentido de verdadeira amizade. Por todas as gargalhadas e momentos positivos que passamos juntas.

À Maura por me acompanhar desde que me lembro da minha existência. Por toda a verdadeira amizade que me tem presenteado. Por todas as palavras certas nas horas certas, por me acompanhar e apoiar em tudo.

À professora Elisa por todo o envolvimento no projeto, por todo o feedback, por todos os momentos de reflexão, por toda a disponibilidade e por tudo o que me ajudou ao longo deste ano.

À professora Mariana por ser incansável ao longo deste ano, por sempre se preocupar não só com o projeto, mas também com o meu bem-estar. Por toda a dedicação e tranquilidade que era capaz de me transmitir ao longo das reuniões. Por ser uma verdadeira inspiração a nível profissional.

“Não somos amados por sermos bons. Somos bons porque somos amados.”

Desmond Tutu

Resumo

O envolvimento dos pais nos processos de acolhimento residencial tem-se revelado uma variável importante para o desfecho destes e para potenciar a recuperação das responsabilidades parentais. Os escassos estudos acerca do envolvimento parental através da visão dos pais tornam a investigação essencial.

Este estudo visa explorar a dimensão do envolvimento parental em acolhimento residencial através da perspetiva dos pais. O estudo contribui para a adaptação do Questionário sobre Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial (Alpert & Britner, 2009) para a população portuguesa, e nele participaram pais (n = 71) cujos filhos estão em acolhimento residencial. O estudo explorou variáveis ligadas aos pais, às crianças e às casas de acolhimento.

Os resultados revelaram que a situação de emprego dos pais, o número de crianças/jovens por casa de acolhimento, o rácio de crianças vs. técnicos e o rácio de crianças vs. equipa técnica têm uma relação significativa com o envolvimento parental.

Através deste estudo é possível concluir que as variáveis contextuais parecem ter particular impacto no envolvimento parental. Os resultados serão discutidos tendo em conta as implicações para a prática designadamente na organização das casas para atenderem às necessidades e especificidades de cada criança/jovem e desenvolver uma relação mais próxima com os pais.

Palavras chave

Envolvimento parental, acolhimento residencial, pais biológicos

Abstrat

Parents' involvement in the residential care process has proven to be an important factor for its resolution, contributing to the stimulations of recovery of parental responsibilities. The few studies in the field of parental involvement from the parent's perspective makes this research project crucial to reveal new data.

The aim of the present study is to explore the dimension of parental involvement in residential care from the parent's perspective. This study contributes to the adaptation of the Questionnaire of Parental Involvement in Residential Care (Alpert & Britner, 2009) for the Portuguese population. The study explores various variables related to parents, child and foster care homes. The sample of the study consists of 71 parents whose children are in residencial care homes. Results reveal that parents' job situation, number of children per foster home, child vs. professionals ratio, child vs. technical team ration have a significant relation with parental involvement. This study shows that contextual variables seem to have a particular impact in parental involvement. Results will be discussed bearing in mind the effects on foster care homes' organizational structure to meet the needs of each child whilst promoting a close relationship with parents.

Keywords

Parent engagement, residential care, biologic parents

Índice

Resumo	5
Palavras chave	5
Abstrat	6
Keywords	6
Introdução	8
Enquadramento teórico	9
Acolhimento Residencial	9
Desafios ao funcionamento familiar	10
A intervenção centrada na família em acolhimento residencial	12
Objetivos	16
Resultados e Discussão	22
Conclusões	31
Referências bibliográficas	35
Anexos	40

Introdução

A medida de acolhimento residencial é considerada temporária e visa a promoção e proteção da criança/jovem através da retirada à sua família biológica (Bass, Shields & Behrman, 2004). Esta medida é considerada de último recurso uma vez que se tende a priorizar as medidas em meio natural de vida (Carvalho & Cruz, 2015).

Em Portugal, atualmente, existem 7553 crianças e jovens em situação de acolhimento. Sendo que 6583 vivem em casas de acolhimento (ISS, I.P., 2017).

O modelo de intervenção nas casas de acolhimento foi evoluindo para um modelo mais familiar, que cada vez mais se foca nas especificidades e necessidades de cada criança/jovem e estabelecendo uma relação com esta (Bravo & Valle, 2009). Também o enfoque não é apenas a criança/jovem em acolhimento, mas também o contexto familiar (Martín, Torbay & Rodríguez, 2008) devido a surgir uma maior preocupação com a continuidade do relacionamento entre a criança/jovem e a sua família biológica com o objetivo de promover o estabelecimento de relações significativas no contexto familiar (Arizmendi & Almeida, 2017; Balsells, Pastor, Mateos, Vaquero & Urrea, 2015). Isto acontece porque se reconhece que o afastamento entre a família e a criança/jovem pode levar a perdas materiais, emocionais e culturais e a sentimentos de medo, insegurança e de luto que põem em causa a compreensão e aceitação da medida de acolhimento residencial (Balsells et al., 2015). Através do envolvimento das famílias biológicas nas casas de acolhimento pode ser possível empoderar e desenvolver competências com estes pais de forma a conseguirem assumir as suas responsabilidades parentais e facilitar a relação emocional entre a família e o seu filho (Balsells et al., 2015; Osterling & Han, 2011).

Neste sentido, surge a necessidade de compreender o papel da família nos contextos de acolhimento uma vez que os pais que se sentem respeitados, empoderados, compreendidos e suportados pelos colaboradores das casas de acolhimento envolvem-se mais neste processo (Alpert & Britner, 2009). Assim, considera-se importante compreender a perspetiva da família acerca do envolvimento parental em acolhimento residencial uma vez que após uma pesquisa na área do envolvimento parental e das práticas centradas na família em contexto de acolhimento residencial constata-se que existem poucos estudos sobre esta temática, principalmente segundo a visão das famílias.

Enquadramento teórico

Acolhimento Residencial

O Acolhimento Residencial (AR) é uma medida de promoção e proteção que resulta da retirada de uma criança/jovem à sua família biológica devido a terem sido negligenciados e/ou terem sofrido de maus-tratos, ou seja, devido a estarem inseridos num meio incapaz de lhes promover segurança e estabilidade (Bass et al., 2004). Esta medida tende a ser dos últimos recursos a ser utilizados uma vez que se tende a priorizar as medidas em meio natural de vida (Carvalho & Cruz, 2015). A medida de Acolhimento Residencial tem como objetivo principal proteger as crianças e jovens do perigo em que se encontram, tais como, exploração e/ou abuso e, conseqüentemente, promover a sua proteção, garantir a sua segurança, saúde, bem-estar, educação, formação, desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação a nível físico e psicológico (CID, 2005). O AR assume como princípio de que a institucionalização da criança/jovem é uma situação temporária tendo em vista o futuro da criança/jovem e a integração a nível social e/ou familiar (CID, 2005). Posto isto, as casas de acolhimento devem ter em conta as necessidades de cada criança/jovem de forma a fornecer um suporte adequado para o seu desenvolvimento biopsicossocial e suprir as suas necessidades específicas após a retirada da família (CID, 2005). Para além disso, o cuidar destas crianças e jovens em acolhimento tem por base diversos princípios e valores sendo estes a dignidade, respeito, individualidade, autonomia, capacidade de escolha, privacidade e intimidade, confidencialidade, igualdade e equidade e participação (CID, 2005).

Em Portugal, atualmente, existem 7553 crianças e jovens em situação de acolhimento. Sendo que 6583 vivem em casas de acolhimento o que representa 87% do total das crianças sob medidas de colocação extrafamiliar aplicadas em Portugal e a duração média é de 3,6 anos (ISS, I.P., 2017). Em 2017, cessaram a situação de acolhimento 2857 crianças e jovens e 240 deram reentrada no sistema de acolhimento (ISS, I.P., 2017).

A intervenção em acolhimento residencial tem evoluído. Durante várias décadas, a colocação de crianças e jovens numa instituição era a única resposta que colmatava as necessidades básicas destas como forma de substituir a família (Bravo & Valle, 2009). Para além disso, eram instituições que acolhiam um grande número de crianças e jovens e com uma assistência não profissional (Bravo & Valle, 2009). Neste sentido, os contextos de acolhimento residencial tinham o seu exclusivo foco na criança/jovem e, por isso tinham como principal função a proteção das crianças e jovens acolhidos (Martín et al., 2008). Neste âmbito, a intervenção em acolhimento residencial tinha um enfoque mais clínico tendo como base a avaliação dos

possíveis efeitos negativos causados nas crianças e jovens acabando por muitas das vezes, existir um foco excessivo na patologia e nos fatores negativos (Martín et al., 2008).

O modelo de intervenção das casas de acolhimento evoluiu para um modelo mais familiar em que as instituições reduziram o número de crianças/jovens por instituição, há a contratação de profissionais especializados com os quais as crianças/jovens podem estabelecer uma relação afetiva estável e criação de ambientes familiares confortáveis e acolhedores (Bravo & Valle, 2009). Esta evolução tem por base os modelos ecológicos em que o enfoque não é apenas a criança/jovem em acolhimento, mas também o contexto familiar (Martín et al., 2008). Para além disso, existe uma maior preocupação com a continuidade do relacionamento entre a criança/jovem e a sua família biológica com o intuito de promover o estabelecimento de relações significativas no contexto familiar (Arizmendi & Almeida, 2017; Balsells et al., 2015). Nos últimos quinze anos, surgiu um novo modelo que completa o modelo familiar sendo este o modelo especializado (Bravo & Valle, 2009; Rodrigues, Ducharne & Valle, 2013). Este modelo é caracterizado pela diferenciação em instituições de acolhimento especializadas tendo em conta as necessidades das crianças/jovens (Bravo & Valle, 2009; Rodrigues, Ducharne & Valle, 2013).

Desafios ao funcionamento familiar

Bronfenbrenner (1986) no modelo ecológico refere que o funcionamento familiar é influenciado pelos recursos pessoais (história de vida, a personalidade), pelas características da criança/jovem (temperamento, idade, estágio de desenvolvimento) e pelas fontes de stress e apoio (relação matrimonial, rede social, trabalho).

O modelo bioecológico é caracterizado por quatro componentes principais que se caracterizam por serem dinâmicas e interagirem entre si (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Estas componentes são o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). O processo é considerado a base do modelo bioecológico uma vez que engloba uma forma particular de interação entre o organismo e o ambiente, chamando-se processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Os processos proximais têm o poder de influenciar o desenvolvimento humano sendo que este processo de desenvolvimento varia consoante as características da pessoa, os contextos e o período de tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Neste sentido, existem diversas situações ambientais que favorecem ou interferem no desenvolvimento dos processos proximais destacando a crescente agitação, a instabilidade e o caos, principalmente em contextos que visam desenvolver a competência humana e que se consideram modelos, tais como a família, a escola, o grupo de pares e a vizinhança

(Bronfenbrenner & Morris, 1998). Por isso, considera-se que as relações são bidirecionais relativamente à pessoa e ao ambiente em que ela atua, isto é, as pessoas influenciam o ambiente em que se encontram e, simultaneamente, são influenciadas pelo que está à sua volta (Martins & Szymanski, 2004). Neste sentido, os efeitos das relações de bidirecionalidade tanto podem ser de promoção de competências, conhecimentos, habilidades e capacidade para adequar o próprio comportamento, mas também podem ser de promoção da disfunção e da dificuldade em controlar e integrar o comportamento em diferentes situações (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A família é o principal responsável pelo cuidado de uma criança. Muitas vezes, as famílias são confrontadas com diversos desafios com os quais estas podem ter dificuldade em responder de uma forma adequada e, por isso, apresentam maior dificuldade em proporcionar um desenvolvimento adequado aos seus filhos (Magalhães, Silva & Almeida, 2016). Estas famílias que apresentam um conjunto de desafios e necessidades que desencadeiam situações de stress e caos podem ser caracterizadas como famílias multidesafiadas (Muñoz & Haz, 2007; Silva, 2013). De uma forma geral, estas famílias caracterizam-se por apresentar um nível socioeconómico baixo no limiar da pobreza e/ou dificuldade em gerir os seus recursos económicos, marginalizadas socialmente, com problemas graves ao nível do alcoolismo, toxicodependência, maus tratos, negligência, abandono de crianças e com uma autoestima reduzida (Alarcão, 2006). Também, muitas vezes, nestas famílias destaca-se a parentalidade maioritariamente perturbada e associada a uma conjugalidade conflituosa, a labilidade afetiva e a desarmonia e conflito frequentes (Alarcão, 2006). Para além disso, apresentam muita carência a nível das competências sociais que tem impacto no aumento de vários problemas e de responder eficazmente a estes (Palermo, Cancrini, Gregori & Nocerino, 1997, cit. in Alarcão, 2006). Tendo em conta a história familiar destas, é possível destacar que, em vários casos, existiam situações de emigração recente, de institucionalizações prolongadas ou de pertença intergeracional a famílias multiproblemáticas (Palermo et al., 1997, cit. in Alarcão, 2006).

Na caracterização destas famílias percebe-se o quanto as condições de risco, tais como situações de pobreza e de violência podem interferir no desenvolvimento das famílias (Cecconello & Koller, 2003). Também a falta de segurança física, a presença de tráfico, roubos, assaltos e crimes, a escassez de recursos financeiros e o baixo nível de escolaridade da família limitam as oportunidades de desenvolvimento, o que afeta os membros das famílias e, por sua vez as crianças/jovens pertencentes a estas famílias (Cecconello & Koller, 2003). A responsividade dos pais perante as necessidades dos seus filhos pode ser afetada devido ao stress que advém das dificuldades do meio e do baixo nível de escolaridade que têm impacto no desenvolvimento

de competências uma vez que interferem com a capacidade de os pais transmitirem conhecimentos úteis para a resolução de problemas para os seus filhos (Ceconello & Koller, 2003).

Neste sentido, a necessidade de institucionalização das crianças/jovens surge, muitas vezes, devido à incapacidade de as famílias resolverem de forma adequada os problemas que ocorrem no contexto familiar, pessoal e social pondo em causa o funcionamento apropriado do sistema familiar e, conseqüentemente, colocarem as crianças/jovens em situações de risco (Magalhães et al., 2016). Sendo que a dificuldade em dar respostas adequadas aos problemas está relacionada com a vulnerabilidade e/ou incapacidade da família em saber como resolver os problemas por isso, surge a necessidade de reforçar as competências pessoais, familiares e sociais através de uma intervenção focada (Magalhães et al., 2016).

A intervenção centrada na família em acolhimento residencial

A importância da intervenção centrada na família é fundamentada através das abordagens ecológico-sistémicas em que combinam tanto a avaliação dos fatores de risco como as forças e fatores protetores de cada família e da criança/jovem promovendo a motivação e envolvimento destes no processo de acolhimento residencial (Amorós, Balsells, Pealez, Molina, Mateos & Pastor, 2010; Arizmendi & Almeida, 2017; López, Rosales, Chávez, Byrne & Cruz, 2009; Gibbs, 2016).

As intervenções centradas na família surgem uma vez que se considera que as famílias vivem em contextos de vulnerabilidade e, conseqüentemente, apresentam maior dificuldade em proporcionar um desenvolvimento adequado aos seus filhos (Magalhães et al., 2010). Neste sentido, a importância desta intervenção em contexto de acolhimento residencial surge devido ao afastamento entre a família e a criança/jovem poder ter efeitos negativos no desenvolvimento da criança/jovem (Martín et al., 2008). Para além disso, este afastamento inicial pode levar a perdas materiais, emocionais e culturais e a sentimentos de medo, insegurança e de luto que põem em causa a compreensão e aceitação da medida de acolhimento residencial (Balsells et al., 2015).

Por sua vez, o envolvimento das famílias biológicas é um preditor positivo da reunificação familiar, mas também é um elemento importante no desenvolvimento da identidade da criança/jovem em acolhimento (Martín et al., 2008). Também através do envolvimento das famílias biológicas nas casas de acolhimento pode ser possível empoderar, potenciar estes pais de forma a conseguirem assumir as suas responsabilidades parentais e facilitar a relação emocional entre a família e o seu filho (Balsells et al., 2015; Osterling & Han, 2011).

As práticas centradas na família têm duas componentes: relacional e participativa (Dunst & Trivette, 1996). Sendo que a componente relacional inclui as práticas associadas às competências clínicas como a escuta ativa, empatia, respeito e as crenças dos profissionais relativamente às capacidades e competências das famílias (Dunst & Trivette, 1996). No que diz respeito à componente participativa, esta inclui a individualidade, flexibilidade, responsividade às necessidades das famílias, participação ativa das famílias nas escolhas e decisões e colaboração entre família e profissional (Dunst & Trivette, 1996).

Pretende-se que, através destas práticas, se estabeleça uma relação positiva entre as famílias biológicas e os cuidadores das casas de acolhimento sendo que o estabelecimento desta relação está intimamente interligado com a perceção das famílias sobre a medida de acolhimento (Arizmendi & Almeida, 2017).

As intervenções centradas na família têm como base o respeito e a dignidade para com as famílias, a partilha de informação com as famílias de forma a serem tomadas decisões informadas, as escolhas da família acerca do seu envolvimento, prestação de serviços, escolhas em relação às práticas e às opções de intervenção e a colaboração das famílias de forma a serem consideradas parceiras (Dunst, 2002;1995; Gibbs, 2016). Pretende-se que a relação criada entre as famílias e os colaboradores seja de parceria e com base no respeito e na partilha de conhecimento tanto por parte da família como da casa de acolhimento com o objetivo de estabelecer objetivos e construir um plano que proporcione o desenvolvimento de competências da família tendo em conta a sua individualidade e as suas necessidades (Alpert & Britner, 2009). Neste sentido, espera-se que a relação entre as famílias e os colaboradores seja de colaboração e onde exista a mobilização de recursos e suporte necessário para as famílias com o intuito de produzir resultados positivos na relação família-criança/jovem (Dunst, 1995). Como forma de estabelecer uma relação positiva entre os colaboradores e as famílias biológicas, espera-se que o ambiente criado seja com base na empatia e na genuinidade de forma a permitir a colaboração e participação ativa das famílias biológicas (Altman, 2008).

Para além disso, o envolvimento das famílias entre as casas de acolhimento implica um processo interpessoal e interrelacional com os colaboradores das casas de acolhimento e, por isso, estes devem estabelecer uma comunicação com as famílias biológicas promotora de um trabalho conjunto (Altman, 2008). Também o envolvimento da família no planeamento e decisão das diversas situações permite o contacto continuado entre as famílias biológicas e os seus filhos de forma a manter relações significativas entre estes, contribuí para a estabilidade cultural (Thompson & Thorpe, 2003), diminuí o risco de conflitos de lealdade com as crianças/jovens e facilita a aquisição de aprendizagens e integração na casa de acolhimento

através da informação recolhida junto das famílias (Martín et al., 2008). A continuidade de relações próximas entre a família biológica e os seus filhos deve ser ponderada tendo em conta cada caso individual e não de uma forma generalizada.

A família é considerada um elemento que possibilita o desenvolvimento da identidade da criança/jovem e de uma relação emocional positiva (Martín et al., 2008) e, por isso, é importante compreender o papel da família nos contextos de acolhimento uma vez que os pais que se sentem respeitados, empoderados, compreendidos e suportados pelos colaboradores das casas de acolhimento envolvem-se mais neste processo (Alpert & Britner, 2009).

Neste sentido, considera-se importante compreender a perspetiva da família acerca do acolhimento residencial. Após uma pesquisa na área do envolvimento parental e das práticas centradas na família em contexto de acolhimento residencial constata-se que existem poucos estudos sobre estas temáticas.

O estudo de Dumbrill (2006), centrado na perspetiva das famílias tipificou duas perspetivas acerca da relação com as casas de acolhimento: uma relação entre pais e colaboradores de oposição e uma relação entre colaboradores e famílias de cooperação e colaboração. Esta relação deriva da forma como as famílias reconhecem o poder dos colaboradores das casas de acolhimento e conseqüentemente, o envolvimento das famílias varia consoante este reconhecimento. A maioria dos pais (n=16) considera que as casas de acolhimento utilizam o poder de forma negativa, isto é, coerciva, penalizadora. Também mencionam que as casas de acolhimento têm o seu maior foco no interesse das crianças/jovens, demonstram ter ideias pré-concebidas acerca dos problemas existentes nas famílias e não se focam nos recursos que as famílias têm para lidar com os problemas. As famílias defendem que consideram não fazer sentido as casas de acolhimento imporem as suas opiniões e planos e que conseqüentemente, não estão a olhar para o melhor interesse da criança. Por outro lado, uma minoria das famílias (n=9) mencionam que quando estabelecem uma relação de colaboração com as casas de acolhimento é possível os colaboradores ajudarem a remediar os problemas das famílias, utilizam pequenas palavras de encorajamento que têm um impacto muito grande nas famílias e disponibilizam-se para ajudar as famílias (Dumbrill, 2006).

O estudo de Altman (2008), através de uma abordagem qualitativa, demonstra que os pais referem a comunicação como uma das dimensões que promove o seu envolvimento, sendo que esta deve ser feita de forma tranquila, afirmativa, honesta, sensível e empática. Também consideram que o envolvimento dos pais com as casas de acolhimento permite que estas tenham um conhecimento mais aprofundado do processo e, conseqüentemente, permite que os pais estejam mais envolvidos e as casas de acolhimento demonstrem as situações com mais clareza

e sem culpabilizar as famílias (Altman, 2008). Para além disso, os pais biológicos consideram que outra dimensão importante para o seu envolvimento é o reconhecimento dos pontos fortes e das suas capacidades (Altman, 2008). Também a construção de uma relação única com base na justiça contribuí para um maior envolvimento dos pais, tendo em conta que deve haver uma conjugação entre a empatia e o carinho com a rigidez e a firmeza (Altman, 2008). Para além da comunicação e da relação serem dimensões chave pra o envolvimento dos pais com as casas de acolhimento, a motivação por parte dos pais é essencial para que este envolvimento possa acontecer (Altman, 2008).

Não obstante o contributo que este estudo deu e o quanto demonstrou que pode ser significativo diferentes práticas de envolvimento parental, há que reconhecer que existem obstáculos inerentes às práticas centradas na família em contexto de acolhimento residencial uma vez que existe um constante balanço relativamente ao papel das casas de acolhimento. Neste sentido, existe aparentemente, uma incompatibilidade entre a natureza do acolhimento residencial e o objetivo de empoderar as famílias, ou seja, por um lado, este sistema tem um carácter punitivo, de retirar as crianças permanentemente e de foco no bem-estar e proteção destas e, por outro lado, pretende criar uma relação empática, de respeito e de confiança com as famílias (Alpert & Britner, 2009; Gibbs, 2016). Outro obstáculo está relacionado com a dificuldade em colocar em prática os princípios inerentes à intervenção centrada na família em contexto de acolhimento residencial uma vez que existe um foco especialmente na criança, a sobrecarga de trabalho, a falta de tempo, falta de recursos por parte dos colaboradores das casas de acolhimento e as crenças e expectativas por parte das casas de acolhimento (Alpert & Britner, 2009). Segundo um estudo realizado por Gibbs (2016) com colaboradores e supervisores de casas de acolhimento, demonstrou que a missão organizacional defendida por estes é a proteção das crianças e a promoção das famílias. Apenas um dos colaboradores afirmou que a missão organizacional também passava pela reconstrução e empoderamento das famílias enquanto que a maioria dos colaboradores e supervisores enfatizam que o principal objetivo é o bem-estar e proteção das crianças (Gibbs, 2016). Segundo este estudo os trabalhadores consideram que uma das barreiras para a implementação de intervenções baseadas no empoderamento das famílias é o facto de se sentirem pressionados para alcançar vários objetivos num curto período de tempo, tais como preenchimento de documentos, cumprimento de prazos de avaliações (Gibbs, 2016). Também o facto de existirem casos que têm que ser terminados rapidamente faz com que não seja possível dar o suporte adequado às famílias para estas se sentirem empoderadas (Gibbs, 2016). Outra barreira referida foi que o tempo para estar com as famílias é bastante limitado e, por isso, é despendido pouco tempo de qualidade para estabelecer uma relação forte

e empática (Gibbs, 2016). Para além disso, os colaboradores referem que a prática tradicional em acolhimento é uma barreira para o empoderamento uma vez que não tem em consideração a cultura, os valores e o estilo de vida de cada família e consequentemente, não existe a elaboração de um plano individualizado tendo em conta as especificidades de cada família (Gibbs, 2016).

Objetivos

Este estudo é desenvolvido no âmbito da contribuição para a validação do Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019). Neste enquadramento, este estudo visa explorar variáveis dos pais, das crianças/jovens e das casas de acolhimento que interferem com o envolvimento parental no acolhimento residencial de crianças e jovens.

Neste sentido, um dos objetivos é caracterizar práticas de envolvimento parental recorrendo à exploração dos itens do questionário. Outro objetivo é explorar a relação entre as características dos pais biológicos e o envolvimento parental. As variáveis em análise são o sexo, a idade, as habilitações académicas, a situação de emprego, o número de filhos e o número de filhos em acolhimento residencial. Outro objetivo passa por explorar a relação entre as características das crianças/jovens em acolhimento residencial e o envolvimento parental. As dimensões em estudo são a idade dos filhos, sexo e o tempo de acolhimento. Por fim, o último objetivo pretende explorar a relação entre as características das casas de acolhimento e o envolvimento parental. As características que vão ser analisadas são o número de crianças/jovens nas casas de acolhimento, o rácio de crianças/jovens e o número total de técnicos, o rácio de crianças/jovens e o número de elementos da equipa técnica e o rácio de crianças/jovens e o número de elementos da equipa educativa.

Método

Amostra

Relativamente aos critérios de inclusão, todos os pais e mães biológicas com filhos acolhidos foram elegíveis para participar no estudo. Foram excluídos todos os Pais biológicos menores de idade uma vez que implicaria um consentimento por parte dos seus representantes legais para participarem no estudo.

Neste estudo participaram 71 pais e mães sendo que 47 mães e 24 são pais com idades compreendidas entre os 21 e os 60 anos. A idade média é de 38.41 (DP= 10.11). Relativamente

ao nível de escolaridade, a maioria dos pais frequentou o Ensino Secundário. Relativamente ao estado civil, a maioria destes pais encontra-se divorciado, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos pais e mães biológicos

Idades	N	%
20 - 29	16	22.40
30 - 39	21	29.40
40 - 49	21	29.40
50 - 60	10	14
Habilitações académicas		
Sem escolaridade	3	4.20
4º ano	3	4.20
6º ano	8	11.30
9º ano	7	9.90
Secundário	38	53.50
Licenciatura	1	1.4
Estado civil		
Casados	13	18.30
Divorciados	18	25.40
União de facto	13	18.30
Solteiros	17	23.90

Destes pais e mães 36 encontram-se desempregados e 35 empregados. Para além disso, 42 destes pais habita com o marido/esposa ou companheiro/a, 24 vivem com os seus filhos e 8 vivem com os seus pais ou sogros. No que diz respeito ao número total de filhos, a maioria dos pais e mães tem um filho (n=23), 14 pais têm dois filhos, 17 têm três filhos e 11 pais biológicos têm quatro filhos. Destes pais biológicos, 54 tem um filho em acolhimento residencial, 13 têm dois filhos em acolhimento e 4 têm três filhos em acolhimento residencial.

Tabela 2

Caracterização da idade, em grupos etários, das crianças/jovens em acolhimento

Idades em grupos etários	N
0 - 5	40
6 - 18	47
> 18	4

Relativamente às crianças em acolhimento residencial, 49 são do sexo feminino e 43 do sexo masculino com idades compreendidas entre 0 e os 23 anos. A idade média é 5.67 (DP= 4.77). O tempo em acolhimento residencial varia entre 1 mês e 11 anos. Em média, as crianças /jovens estão em acolhimento residencial há 19.91 meses. Destes pais e mães, 48 nunca contactaram com outras casas de acolhimento e apenas 21 tinham contactado com outras casas de acolhimento.

Tabela 3

Tempo médio de acolhimento (em meses) das crianças/jovens tendo em conta o número de filhos acolhidos de cada pai/mãe

	Tempo médio de acolhimento (em meses) do filho 1	Tempo médio de acolhimento (em meses) do filho 2	Tempo médio de acolhimento (em meses) do filho 3
M	24.07	29.06	6.60
DP	28.97	35.13	4.16

As crianças encontram-se acolhidas em 15 casas de acolhimento da área geográfica norte de Portugal.

Nestas casas de acolhimento, o número de elementos da equipa educativa varia entre os 5 e os 30 e a média é de 10.27. Relativamente ao número de elementos da equipa técnica varia entre os 2 e os 5 e a média é de 3.53. No que diz respeito ao número de crianças/jovens acolhidos nas casas de acolhimento varia entre os 10 e os 43 e a média é de 19.80.

Estas casas de acolhimento, neste momento, têm acolhidas crianças/jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 25 anos. Constata-se que 7 casas acolhem crianças abaixo dos 12 anos, 5 acolhem crianças/jovens a partir dos 12 anos, inclusive, e 3 casas acolhem crianças/jovens abaixo e acima dos 12 anos.

Tabela 4

Caracterização das Casas de Acolhimento

Casas de Acolhimento	Elementos Equipa Educativa	Elementos Equipa Técnica	Número de crianças/jovens em acolhimento	Rácio técnicos total e crianças/jovens
A001	12	3	26	1.73
A002	6	4	10	1.00
A003	10	4	18	1.29
A004	11	3	19	1.36
A005	5	3	15	1.88
A006	11	4	20	1.33
A007	9	3	12	1.00
A008	10	3	17	1.31
A009	6	2	12	1.50
A010	9	3	25	2.08
A011	7	4	12	1.09
A012	10	3	15	1.15
A013	30	5	32	.91
A014	9	4	21	1.62
A015	9	5	43	3.07

Instrumentos

Ficha de Caracterização da Instituição (Ferreira, Negrão & Veiga, 2019) (Anexo I). Através deste questionário pretende-se obter uma informação sumária acerca das características das instituições de acolhimento. As questões presentes nesta ficha são relativas às idades prevalentes das crianças/jovens, ao número de elementos da equipa educativa e da equipa técnica, ao número de crianças/jovens acolhidos e se a casa de acolhimento participa no programa SER+. Esta ficha foi preenchida pelo diretor técnico de cada casa de acolhimento.

Questionário Sociodemográfico (Ferreira, Negrão & Veiga, 2019) (Anexo II). Este instrumento tem como objetivo obter informação mais detalhada acerca das características das crianças e jovens acolhidos pelas Casas de Acolhimento. Neste sentido, as questões são relativas ao sexo, idade, escolaridade, estado civil, situação atual de emprego dos participantes, com quem habitam, número de filhos, se já teve contacto com outras Casas de Acolhimento, breve caracterização dos filhos que estão em acolhimento (sexo e idade) e o tempo, em meses, que o filho está naquela casa de acolhimento.

Questionário sobre o envolvimento parental em acolhimento residencial (Alpert & Britner, 2009; versão portuguesa, Ferreira, Negrão & Veiga, 2019) (Anexo III). Este instrumento permite avaliar o envolvimento parental em contexto de acolhimento residencial. Este questionário é constituído de 22 itens e foi administrado nos Estados Unidos a famílias biológicas cujos filhos estavam em contexto de acolhimento residencial. Este instrumento apresenta boa fidelidade (α de Cronbach = .94 para um total de 22 itens). A resposta a cada item é dada através de uma escala de Likert de seis pontos (*1=Discordo totalmente; 2=Discordo bastante; 3=Discordo; 4=Concordo; 5=Concordo bastante; 6=Concordo totalmente*). Apesar de este instrumento apresentar uma escala total de 22 itens, a construção visou cobrir duas dimensões sendo estas: a perceção das famílias biológicas acerca das práticas das casas de acolhimento centradas nas famílias (“Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho envolvem-me nas reuniões acerca do meu caso”) e o grau em que as famílias se sentem respeitadas, compreendidas, empoderadas e suportadas pelos técnicos responsáveis nas casas de acolhimento (“Eu sinto-me respeitado/a enquanto pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho”).

Procedimentos de recolha de dados

Este estudo tem em vista contribuir para a adaptação do instrumento “Parent Engagement Measure” (Alpert & Britner, 2009) para a população portuguesa. Como tal, iniciou-se pela em tradução dos itens para a língua portuguesa, tendo o cuidado de os ajustar ao sistema de acolhimento residencial português. Um dos ajustes realizados foi a tradução de “Foster care process” para “processo de acolhimento residencial do meu filho” Após a tradução realizou-se o processo de retroversão que foi realizado por um falante nativo da língua inglesa. Este processo permitiu fazer alguns ajustes na tradução, como por exemplo, a tradução de “My caseworkers” para “Os técnicos responsáveis pelo meu caso”. Seguidamente, foi realizada a reflexão falada com um elemento da equipa técnica de uma casa de acolhimento, uma mãe que já teve o seu filho em acolhimento residencial e com outras pessoas que nunca tiveram contacto com casas de acolhimento. Através deste procedimento pretende-se ajustar o questionário tendo em conta as perspetivas dos profissionais e das famílias com o intuito de tornar o questionário mais adequado e ajustado à problemática do acolhimento residencial em Portugal. Alguns dos ajustes foram a tradução do conceito “reunificação” para o “regresso a casa” e a alteração de “os técnicos responsáveis pelo meu caso” para “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho”

Após o processo de adaptação, iniciaram-se os contactos com as Casas de Acolhimento. Muitos dos contactos foram feitos tendo por base um programa realizado com várias casas de acolhimento no âmbito de outra investigação ou outros através de contactos prévios com as casas de acolhimento por isso, é considerada uma amostra por conveniência. Seguidamente, as casas de acolhimento permitiram-nos estabelecer contacto com vários pais biológicos. Apesar de ser uma amostra de conveniência escolheram-se várias casas de acolhimento com características diferentes, tais como, acolherem crianças/jovens mais novos e mais velhos, estarem vocacionados para o acolhimento de curta/longa duração, com o intuito do estudo refletir as diversas especificidades do contexto de acolhimento residencial português. Após estabelecer contacto com as casas de acolhimento um dos elementos da equipa de investigação reuniu com um elemento da equipa técnica de cada casa de acolhimento com o intuito de deixar os questionários para serem preenchidos, juntamente com o documento dos procedimentos, esclarecer os procedimentos de administração do questionário com o intuito de garantir as condições de privacidade, anonimato e confidencialidade às famílias aquando do preenchimento.

Seguidamente, os técnicos responsáveis por cada caso, na primeira vinda dos pais e mães às casas de acolhimento, explicaram-lhes os objetivos da investigação e pediram a sua colaboração. Seguidamente, pediram para assinar o consentimento informado com intuito de garantir que compreenderam os objetivos da investigação, que concordam com estes e que pretendem participar no estudo de forma voluntária. Por fim, solicitaram o preenchimento do questionário.

Após o preenchimento do consentimento informado, os pais e mães tiveram 15 minutos para ler o questionário na íntegra e para colocar as suas dúvidas com o técnico ou investigador. Através deste procedimento é possível esclarecer todas as dúvidas aos participantes, sem receio da intrusividade por parte dos técnicos das casas de acolhimento. Posto isto, as famílias preencheram o questionário e, no final, colocaram-no dentro de um envelope fechado e devolveram-no ao técnico ou investigador. Este procedimento permite assegurar um maior nível de confidencialidade das respostas dadas pelos participantes e também permite que estes se sintam mais seguros para responder de forma honesta. Para além do envelope fechado, houve uma exceção solicitada pela casa de acolhimento, sendo esta uma caixa tipo urna em que os participantes colocavam os envelopes fechados.

Numa minoria de casos, cerca de 12, foi a investigadora que administrou os questionários aos pais ou mães devido a existir, por parte destes, uma grande dificuldade de compreensão dos itens. A maioria das vezes, este pedido de apoio na administração do questionário era

antecipado pelos técnicos das casas de acolhimento que previam as dificuldades em administrar o questionário.

Após os questionários terem sido preenchidos pelos pais e mães biológicos, o técnico de cada casa de acolhimento contactou o investigador para os vir recolher. Noutros casos, os questionários foram enviados, pelo técnico da casa de acolhimento, pelos correios.

Procedimentos de tratamento de dados

Após a recolha dos dados, iniciou-se a introdução dos dados no programa SPSS versão 24. Após criar a base de dados, foram eliminados alguns participantes desta devido ao elevado número de *missing values* nas suas respostas. Posto isto, foi realizada a estatística descritiva com o intuito de compreender as características dos pais, das crianças/jovens e das casas de acolhimento através dos dados recolhidos por meio do questionário sociodemográfico e da ficha de caracterização da instituição. Para descrever a amostra realizaram-se médias, desvio padrão e frequências.

Ao nível da estatística inferencial, realizaram-se vários testes estatísticos que permitiram compreender as correlações ou diferenças entre as variáveis e o envolvimento parental. De forma a analisar as correlações entre as variáveis, tais como, a idade dos pais e o envolvimento parental, o número de filhos nesta casa de acolhimento e o envolvimento parental, utilizaram-se coeficientes de correlação de Pearson. Para analisar as diferenças entre as variáveis, como por exemplo, a situação de emprego e o envolvimento parental, o sexo dos filhos e o envolvimento parental, realizaram-se testes T.

Resultados e Discussão

Caracterização das práticas do envolvimento parental segundo os itens do questionário

Seguidamente, vai ser apresentada uma tabela com a variância, média e desvio padrão referentes aos itens do questionário.

Tabela 5

Média dos itens da escala “Questionário sobre o Envolvimento Parental em Acolhimento Residencial (Ferreira, Negrão & Veiga, 2019)

Item	Mínimo	Máximo	Média	DP
1. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes.	0	5	3.04	1.26
2. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho fazem-me sentir uma parte importante da equipa.	0	5	3.28	1.21
3. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho envolvem-me nas reuniões acerca do caso.	0	5	3.21	1.49
4. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais.	0	5	3.02	1.31
5. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho encorajam-me a partilhar o meu ponto de vista.	0	5	3.39	1.16
6. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam o conhecimento que tenho acerca dele.	0	5	3.44	1.18
7. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam-me enquanto pessoa.	1	5	3.37	1.02
8. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho importam-se com o seu possível regresso a casa.	0	5	3.48	1.16
9. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho	0	5	3.61	1.14

	estão disponíveis quando preciso deles.					
10.	Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me quando lhes peço ajuda.	0	5	3.54	1.13	
11.	Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me a estar, com frequência, com ele.	0	5	3.70	1.24	
12.	Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho põem-me em contacto com os serviços que preciso.	0	5	3.38	1.20	
13.	A minha opinião é tida em consideração na definição dos objetivos do caso do meu filho.	0	5	3.32	1.13	
14.	Eu tenho controlo sobre o sucesso do processo de acolhimento residencial do meu filho.	0	5	3.07	1.40	
15.	Eu sou envolvido/a nas decisões tomadas em relação ao caso do meu filho.	0	5	3.20	1.35	
16.	Quando eu falo com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho acerca da minha situação, sinto que eles me ouvem verdadeiramente.	0	5	3.46	1.25	
17.	Eu sinto que a minha opinião é respeitada pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.	0	5	3.50	1.23	
18.	Eu sinto-me respeitado/a enquanto	0	5	3.71	1.16	

pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.				
19. Eu confio nos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.	0	5	3.39	1.29
20. Eu tenho os apoios de que necessito para completar o meu plano com sucesso.	0	5	3.27	1.21
21. Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido.	0	5	3.63	1.34
22. Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda.	0	5	3.73	1.24

Nota: Os valores apresentados não dizem respeito à numeração da escala de 1 a 6, uma vez que estes foram convertidos, ou seja, a resposta 1 diz respeito ao 0 e assim sucessivamente.

É possível verificar que os valores obtidos são muito semelhantes entre si e que são positivos variando entre 3.02 e 3.73 correspondendo ao concordo e concordo bastante. Para além disso, os valores mínimos médios obtidos são 3.02 e 3.04 e dizem respeito aos itens “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais” e “Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes”, respetivamente. Os itens destacam a dificuldade em ver características positivas e abarcar os objetivos dos pais. Neste sentido, as casas de acolhimento, muitas vezes, focam-se apenas nas necessidades das crianças/jovens colocando de parte as necessidades e especificidades dos pais. Também muitas vezes, as casas de acolhimento criam ideias pré-concebidas acerca dos pais e dos seus problemas, o que pode impossibilitar de ver as famílias para além dos seus problemas e com um ponto de vista alternativo (Dumbrill, 2006). Os valores mais baixos podem estar relacionados com o facto de não só as casas de acolhimento apresentarem dificuldades em serem empáticas com os pais e em envolverem os pais neste processo como também os pais terem dificuldade em se relacionar com os técnicos e expressar os seus sentimentos e necessidades (Altman, 2008). Estas dificuldades dos pais em envolverem-se podem estar relacionadas com os insucessos e más relações que estes foram tendo ao longo do processo e,

que conseqüentemente, têm impacto nas relações atuais uma vez que os pais vão criando expectativas e definindo padrões de interação (Sousa, 2005).

Os valores máximos médios obtidos são 3.73 e 3.71 correspondendo aos itens “Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda” e “Eu sinto-me respeitado/a enquanto pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho”, respetivamente. Ambos os itens têm em comum o sentido do respeito de que estes pais se sentem alvo por parte dos técnicos das casas de acolhimento. Tendo em conta os resultados do estudo de Alpert e Britner (2009) é possível verificar que em ambos os estudos os valores são positivos e não diferem muito entre si. Considera-se que estes valores mais elevados podem ir de encontro ao facto de as casas de acolhimento se demonstrarem disponíveis para responder às necessidades dos pais e que, apesar de os pais não se sentirem totalmente envolvidos no processo de acolhimento residencial, sentem-se respeitados enquanto uma parte importante deste. Neste sentido, a relação entre casa de acolhimento e pais, por vezes, não é vista de uma forma colaborativa, mas onde existe uma relação de respeito. Estes resultados podem ir de encontro ao facto de existirem duas componentes nas práticas centradas nas famílias: relacional e participativa (Dunst & Trivette, 1996). Os resultados deste estudo apontam para uma maior facilidade, por parte das casas de acolhimento, em colocar em prática a componente relacional relativa à escuta ativa, empatia, respeito e crenças profissionais. Enquanto que a componente participativa apresenta resultados mais baixos e, por isso, as casas de acolhimento podem deparar-se com maiores desafios em integrá-las na sua prática. Esta componente diz respeito à individualidade, flexibilidade, responsividade às necessidades das famílias, entre outras (Dunst & Trivette, 1996).

Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas aos pais

Nas variáveis relativas aos pais explorou-se as dimensões do sexo, da idade, das habilitações académicas, da situação de emprego, do estado civil, do número de filhos e do número de filhos em acolhimento. As variáveis idade, número de filhos e número de filhos em acolhimento não revelaram correlações significativas com o envolvimento parental e os resultados obtidos variaram entre $r = -0.63$ e $r = .065$. As variáveis sexo, habilitações académicas e estado civil também não revelaram diferenças significativas sendo que os resultados obtidos variaram entre $t = -1.68$ e $t = 2.07$.

Apenas na dimensão da situação de emprego foi possível obter resultados significativos.

Tabela 6

Situação de emprego dos pais

	Desempregado (n = 36) <i>Média (DP)</i>	Empregado (n = 35) <i>Média (DP)</i>	<i>t (69)</i>
Envolvimento parental	79.09 (22.30)	69.44 (20.16)	2.072*

* $p < .001$

Como vemos na tabela 6, há diferenças significativas entre os pais desempregados e empregados ao nível do envolvimento parental, $t(69) = 2.072$, $p = .042$. Os pais empregados demonstram maior envolvimento parental face aos pais que se encontram desempregados.

Será lícito pensar que o facto de os pais estarem desempregados promovesse um maior envolvimento parental, devido a estes terem maior disponibilidade ao nível dos horários de visitas, de participação nas atividades promovidas pelas casas de acolhimento. Isto, porém, não se verificou uma vez que os pais que demonstraram maior envolvimento parental foram os pais empregados. Este resultado pode relacionar-se com a diminuição dos recursos socioeconómicos inerentes ao desemprego, uma vez que, muitas vezes, estes têm implicações nas práticas parentais e, conseqüentemente no desenvolvimento das crianças/jovens ao nível da saúde, dos comportamentos e do desenvolvimento de competências (Duncan & Magnuson, 2001). Para além disso, a diminuição dos recursos socioeconómicos pode ter implicações ao nível das interações entre os pais e as crianças/jovens e da predisposição para estabelecer relações próximas e estimulantes devido a ser considerado um stressor adicional com que os pais têm de lidar (Duncan & Magnuson, 2001; Pinderhughes, Dodge, Zelli, Bates & Pettit, 2000). Para além disso, o facto de os recursos socioeconómicos poderem ser menores nos pais desempregados pode ter implicação nas deslocações que os pais têm que fazer às casas de acolhimento uma vez que a maioria dos pais precisa de fazer várias e longas viagens para estar com os seus filhos e, por isso não conseguem deslocar-se tão rápido e facilmente às casas de acolhimento. Também o facto de o envolvimento parental diminuir em pais desempregados pode ser devido à possibilidade de se sentirem menos empoderados e conseqüentemente, não se envolverem tanto na dinâmica das casas de acolhimento.

Por outro lado, o facto de os pais empregados apresentarem um maior envolvimento parental pode estar relacionado com o aumento dos recursos socioeconómicos e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de se dirigirem às casas de acolhimento. Paralelamente, um estudo realizado por Zick, Bryant e Österbacka (2001) relativo ao envolvimento parental das mães que se encontram empregadas em comparação com as mães que estão desempregadas, demonstrou

que as mães que se encontram a trabalhar envolvem-se mais em atividades de brincadeira com os filhos e nas tarefas de trabalhos de casa do que as mães que estão desempregadas. Estes resultados podem dever-se ao facto de as mães que se encontram empregadas passam menos tempo fisicamente com os filhos e, por isso, valorizam mais as atividades com estes (Zick et al., 2001). Apesar deste estudo, não ser relativo ao envolvimento parental em acolhimento residencial, penso que se pode estabelecer um paralelismo uma vez que também estas mães podem valorizar mais os momentos com os filhos.

Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas às crianças/jovens em acolhimento

As variáveis exploradas relativamente às crianças/jovens foram a idade, o sexo e o tempo em acolhimento. Relativamente à idade e ao tempo em acolhimento, as variáveis apresentaram uma correlação não significativa com o envolvimento parental em que os valores variam entre $r = .010$ e $r = .195$. A variável sexo não apresentou diferenças significativas sendo que o valor obtido foi $t = -.220$.

O estabelecimento de relações entre pais e filhos não depende apenas das características dos pais, mas também das características dos filhos e de fatores situacionais (Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). Por isso, fatores como experiências com os filhos, temperamento da criança/jovem, nível socioeconómico baixo, suporte social podem influenciar o envolvimento dos pais com os filhos (Coleman, Karraker, 2004). No caso deste estudo, não foi possível verificar nenhuma relação entre as características dos filhos e o envolvimento parental.

Também seria expectável que existisse uma relação significativa ao nível do envolvimento parental e o tempo de acolhimento da criança/jovem, ou seja, que o envolvimento parental diminuísse quanto maior fosse o tempo de acolhimento da criança/jovem, indo de encontro a estudos que reportam que à medida que o tempo de acolhimento vai aumentando os laços familiares, a cooperação com a família e os objetivos estabelecidos com os pais vão-se deteriorando (Arteaga & Valle, 2001). Neste estudo, não foi possível verificar esta relação entre a variável envolvimento parental e o tempo de acolhimento das crianças/jovens.

Relação entre o envolvimento parental e as variáveis relativas às Casas de Acolhimento

Relativamente às variáveis das casas de acolhimento explorou-se o número de crianças nas casas de acolhimento, o rácio de crianças/jovens e total de técnicos nas casas de acolhimento,

o rácio de crianças/jovens e equipa técnica e o rácio de crianças/jovens e equipa educativa. A variável rácio de crianças/jovens e equipa educativa não demonstrou resultados significativos em que $r = -.213$.

Tabela 11

Número de crianças nas casas de acolhimento

	<i>r</i>	<i>Sig.</i>	Número de crianças N
Envolvimento parental	-.464*	.000	71

* $p < .01$

A tabela 11 permite perceber que há uma correlação negativa significativa ainda que de magnitude baixa entre o envolvimento parental e o número de crianças/jovens nas casas de acolhimento. Assim, um maior envolvimento parental está associado a um menor número de crianças/jovens acolhidos nas casas de acolhimento.

Tabela 12

Rácio de crianças/jovens e total de técnicos nas casas de acolhimento

	<i>r</i>	<i>Sig.</i>	Rácio de crianças/jovens e total de técnicos N
Envolvimento parental	-.272*	.022	71

* $p < .05$

Através da tabela 12 é possível perceber que há uma correlação negativa significativa de magnitude baixa entre o envolvimento parental e o rácio de crianças/jovens e o total de técnicos nas casas de acolhimento. Assim, um maior envolvimento parental está associado a um menor rácio de crianças/jovens e o total de técnicos nas casas de acolhimento.

Tabela 13

Rácio de crianças/jovens e equipa técnica nas casas de acolhimento

	<i>r</i>	<i>Sig.</i>	Rácio de crianças/jovens e equipa técnica N
Envolvimento parental	-.370*	.001	71

* $p < .01$

A tabela 13 permite perceber que há uma correlação negativa significativa de magnitude baixa entre o envolvimento parental e o rácio de crianças/jovens e a equipa técnica nas casas de acolhimento, $r = -.370$, $p = .001$. Assim, um maior envolvimento parental está associado a um menor rácio de crianças/jovens e equipa técnica nas casas de acolhimento.

No que concerne às variáveis relativas das casas de acolhimento, foi possível analisar que as dimensões do número de crianças/jovens em acolhimento residencial, o rácio de crianças/jovens e o total de técnicos, o rácio de crianças/jovens e equipa técnica apresentam resultados significativos relativamente ao envolvimento parental. Estes resultados são consistentes com outros estudos, tais como, de Arteaga e Valle (2001), Bravo e Del Valle (2009), Rodrigues (2018), Rodrigues e Barbosa-Ducharne (2017) e Rodrigues, Barbosa-Ducharne e Valle (2013) que sinalizam a importância de dimensões organizacionais na qualidade do acolhimento.

Tendo em conta, o facto de o envolvimento parental aumentar quando o número de crianças é menor, quando o rácio de crianças/jovens e o total de técnicos é menor e quando o rácio crianças/jovens e equipa técnica é maior, há a necessidade de diminuir o número de crianças/jovens nas casas de acolhimento de forma a atender às suas especificidades e necessidades e de criar um contexto o mais próximo possível da realidade de uma família (Rodrigues, Barbosa-Ducharne & Valle, 2013). Neste sentido, esta relação mais próxima e personalizada com cada criança/jovem também permite desenvolver uma relação mais próxima com os pais de forma a ter em conta as suas especificidades e necessidades e, consequentemente, respeitá-los, empoderá-los e envolvê-los no processo de acolhimento residencial.

De facto, atualmente, pretende-se que as casas de acolhimento tenham condições o mais semelhantes à vida em família (Martins, 2004; Rodrigues, Barbosa-Ducharne & Valle, 2013).

Isto permite que os cuidadores estejam mais próximos das rotinas de cada criança/jovem, estabeleçam uma relação mais próxima com estes, conversem, lhes deem apoio e os ajudem (Rodrigues, 2018; Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017). Consequentemente, permite valorizar cada criança/jovem tendo em conta os seus pontos fortes, talentos e capacidades desenvolvidas ao longo do tempo (Rodrigues, 2018). Segundo o estudo de Rodrigues (2018), as casas de acolhimento que têm um número máximo de 15 crianças/jovens demonstram melhores resultados ao nível da qualidade do acolhimento. Estes resultados parecem estar em linha com esta necessidade de maior individualização.

O facto de, a maioria das vezes, a equipa educativa ser constituída por elementos pouco qualificados, por não existir uma equipa a tempo inteiro e completa pode ser uma explicação para os resultados ao nível do rácio de crianças/jovens e equipa educativa não ter sido significativo uma vez que estes profissionais podem não conseguir responder adequadamente às necessidades e especificidades de cada criança/jovem e também dos seus pais (Rodrigues, 2018; Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017). Também muitos destes profissionais sofrem de ansiedade por causa do stress diário e de tensão emocional e a situações de *burnout* (Rodrigues e Barbosa-Ducharne, 2017). Estas condições são agravadas quando há mais casos da responsabilidade de um mesmo técnico, muitas vezes, põem em causa a relação estabelecida com as crianças/jovens e, consequentemente com os pais destas.

Conclusões

Este estudo visou compreender a visão dos pais biológicos relativamente ao seu envolvimento no processo de acolhimento residencial do seu filho. Por isso, estes dados foram recolhidos junto dos pais através de um questionário. Neste sentido, os pais tiveram a oportunidade de se expressarem relativamente ao modo como se sentem mais ou menos envolvidos, respeitados e empoderados pelas casas de acolhimento.

Neste estudo, foi possível concluir que relativamente às variáveis dos pais apenas a situação de emprego demonstrou impacto no envolvimento parental. No que diz respeito às variáveis das crianças/jovens nenhuma variável demonstrou uma relação significativa com o envolvimento parental. Por fim, as variáveis relativas às casas de acolhimento que demonstraram resultados significativos foram o número de crianças nas casas de acolhimento, o rácio de crianças/jovens e total de técnicos e o rácio crianças/jovens e equipa técnica.

Neste sentido, o envolvimento parental não parece sofrer tanta influência das variáveis das crianças/jovens, mas das variáveis relacionadas com os pais e, sobretudo, com as casas de acolhimento demonstrando que uma diminuição do número de crianças/jovens nas casas de

acolhimento permite não só atender às especificidades e necessidades das crianças/jovens, mas também dos pais destas de forma a respeitá-los, empoderá-los e envolve-los neste processo.

Ao longo da realização deste estudo, foi possível refletir acerca do quão delicada a temática do envolvimento parental em acolhimento residencial pode ser, uma vez que desperta, várias vezes, sentimentos menos positivos relativamente às casas de acolhimento e consequentemente, em relação aos técnicos destas. Isto pode estar relacionado com o facto de a medida de acolhimento residencial resultar na retirada da criança/jovem à sua família biológica devido a esta não estar a ser capaz de promover a segurança e estabilidade da criança/jovem (Bass et al., 2004). Para além disso, esta é considerada uma medida limite uma vez que só acontece como último recurso após terem sido priorizadas medidas em meio natural de vida (Carvalho & Cruz, 2015).

Para além disso, foi possível observar-se, em vários casos, que os pais têm uma postura pouco ativa ao nível da expressão de sentimentos e opiniões relativamente ao seu envolvimento nas casas de acolhimento e por isso, apresentaram limitações ao nível da reflexão do envolvimento parental ao longo do preenchimento do questionário. Também o nível de habilitações académicas reduzido pode ser justificativo desta dificuldade.

Também observaram-se diferenças na forma como algumas casas de acolhimento conseguem compreender a importância do envolvimento dos pais no processo de acolhimento residencial e, por isso tentam envolver e empoderar os pais com intuito de estes conseguirem responder adequadamente às necessidades e especificidades dos seus filhos (Balsells et al., 2015; Osterling & Han, 2011). Este trabalho junto das famílias é considerado bastante desafiante uma vez que deve atender às especificidades e necessidades de cada pai/mãe. Também foi possível compreender que a relação entre os pais e os técnicos das casas de acolhimento está intimamente interligado com a perceção das famílias sobre a medida de acolhimento (Arizmendi & Almeida, 2017) e consequentemente, as respostas aos questionários estão muito relacionadas com esta perceção dos pais.

Tendo em conta que a temática do envolvimento parental ainda é muito pouco estudada e que, numa grande parte dos estudos, não é tida em conta a visão dos pais, considera-se que isto é uma grande força deste estudo. Para além disso, outra força deste estudo é o facto de envolver diversas casas de acolhimento com características diferentes e que acolhem diferentes faixas etárias.

Este estudo apresenta, entretanto, algumas limitações. Se tivesse sido possível assegurar que um dos investigadores estivesse presente na administração de todos os questionários isto poderia ajudar os pais a esclarecerem as suas dúvidas acerca dos objetivos da investigação uma

vez que vários pais demonstraram algumas dúvidas em compreender os itens e, conseqüentemente, responder de forma adequada. Esta limitação também pode estar relacionada com alguns pais terem habilitações académicas baixas e, por isso, ter dificuldade em compreender, interpretar e refletir acerca dos itens. Para além disso, esta presença do investigador poderia facilitar o envolvimento das casas de acolhimento no estudo devido a este processo não ter tanta implicação no tempo de trabalho dos técnicos.

Outra limitação que foi possível identificar foi que nem todos os pais se identificavam com os itens do questionário, ou seja, nem todos os pais tinham passado por todas as situações mencionadas no questionário e, por isso, não sabiam o que deviam responder. Desta forma, seria pertinente criar uma opção de resposta que permita aos pais responder que não se aplica. Outra das limitações do estudo, passa por não se ter estabelecido como exclusão um tempo mínimo de acolhimento da criança/jovem, ou seja, uma minoria dos pais que participou no estudo tinha os seus filhos nas casas de acolhimento há um reduzido número de meses. Neste sentido, teria sido pertinente estabelecer um limite mínimo de tempo de acolhimento de forma a que os pais tivessem maior conhecimento nas casas de acolhimento de forma a estarem mais conscientes das dinâmicas de envolvimento.

De forma a dar continuidade a este estudo, será pertinente envolver mais casas de acolhimento e, conseqüentemente, mais pais no preenchimento do questionário com o intuito de adaptar e validar este questionário para a população portuguesa.

Tendo em conta que o envolvimento da família é um preditor positivo da reunificação familiar, e também um elemento importante no desenvolvimento da identidade da criança/jovem em acolhimento (Martín et al., 2008) seria pertinente desenvolver mais estudos com o intuito de permitir ter um maior conhecimento acerca do impacto do envolvimento parental no processo de acolhimento. Concretamente, seria criar estudos com uma metodologia mista de forma a que os pais tenham a possibilidade de se conseguirem expressar de forma mais aprofundada tendo em conta a sua vivência em específico e também de forma a compreender as possíveis alterações que considerariam pertinentes para um maior e melhor envolvimento parental.

Para os próximos estudos, considero que poderia ser pertinente não só compreender a perspetiva dos pais, mas também dos técnicos das casas de acolhimento e das crianças/jovens uma vez que pode permitir ter uma abordagem mais abrangente e compreender o processo de envolvimento parental tendo em conta as diferentes perspetivas de múltiplos informadores.

Ainda seria importante desenvolver estudos que envolvessem outros significativos das crianças/jovens, tais como avós, tios, padrinhos, de forma a ter em conta a importância da família alargada no contexto de acolhimento residencial.

Como implicações para a prática, os resultados deste estudo, reforçam a importância de reduzir o número de crianças/jovens nas casas de acolhimento e diminuir o rácio entre crianças/jovens e técnicos das casas de acolhimento. Desta forma, poderá ser possível respeitar a individualidade de cada criança/jovem, ter em conta as suas especificidades e necessidades e, consequentemente responder de uma forma adequada (Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017; Rodrigues, Valle & Barbosa-Ducharne, 2014). Também isto permite desenvolver uma relação mais próxima com os pais tendo em conta as suas especificidades, necessidades, pontos fortes e menos fortes com o intuito de os respeitar, empoderar e envolver neste processo.

Outra implicação para a prática será a importância de escolher uma equipa educativa com maior formação ou disponibilizar formação para as equipas com o intuito de desenvolver competências e empoderar as equipas de forma a responderem de formas mais adequadas e fundamentadas às necessidades das crianças/jovens e dos pais. Para além disso, as interações entre crianças/jovens e elementos da equipa são consideradas formas de estabelecer relações positivas e de estabelecer um ambiente mais familiar e terapêutico (Rodrigues & Barbosa-Ducharne, 2017).

Por fim, seria pertinente desenvolverem-se formações tendo em conta os pontos fortes e as limitações de cada pai com o intuito de os empoderar e desenvolver competências tendo por base as especificidades e necessidades de cada um, uma vez que, as famílias sentem-se incapazes de responder adequadamente aos problemas que ocorrem nos diversos contextos (familiar, pessoal, social) (Magalhães et al., 2016). Desta forma, os pais, principalmente os desempregados, poderão ser mais envolvidos no processo de acolhimento residencial uma vez que estes deverão se sentir mais competentes para responder adequadamente às necessidades dos seus filhos.

Tendo em conta que um grande número de crianças/jovens apresenta como projeto de vida a reunificação familiar é necessário que cada vez mais as casas de acolhimento envolvam os pais no processo de acolhimento residencial com o intuito de compreender as suas necessidades, especificidades, pontos fortes e menos fortes de forma a empoderá-los e a desenvolver competências que permitam responder adequadamente às necessidades e especificidades dos seus filhos. Neste sentido, pretende-se que os pais se sintam respeitados e uma parte importante neste processo com o intuito de, também estes, se deixarem envolver neste processo.

Referências bibliográficas

Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios familiares* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.

Almeida, L., & Freire, T. (2017). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação* (5ªEd.). Braga: Psiquilíbrios.

Alpert, L. T., & Britner, P. A. (2009). Measuring Parent Engagement in Foster Care. *Social Work Research*, 33(3), 135- 145.

Altman, J. C. (2008). Engaging Families in Child Welfare Services: Worker Versus Client Perspectives. *Child Welfare League of America*, 87(3), 41-61.

Amorós, P., Balsells, M. A., Fuentes-Peláez, N. Molina, M. C., Mateos, A., & Pastor, C. (2010). La atención integral a las familias em situación de vulnerabilidade. *Rivista Italiana di Educazione Familiare*, 2, 37-44.

Arizmendi, J., & Almeida, A. T. de. (2017). Reunificação familiar e acolhimento residencial em Portugal-Norte: visões dos intervenientes. *Revista de estudos e investigação em psicologia y educación*, 5. doi: 10.17979/reipe.2017.0.05.2371

Arteaga, A. B. & Valle, J. F. D. (2001). Evaluación de la integración social em acogimiento residencial. *Psicothema*, 19(2), 197-204.

Balsells, M. À., Pastor, C., Mateos, A., Vaquero, E., & Urrea, A. (2015). Exploring the needs of parents for achieving reunification: The views of foster children, birth family and social workers in Spain. *Children and Youth Services Review*, 48, 159-166. Consultado em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740914004289>

Bass, S., Shields, M. K., & Behrman, R. E. (2004). Children, families, and foster care: Analysis and recommendations. *The Future of Children*, 14(1), 4–29.

Bravo, A., & Valle, J. F. D. (2009). Crisis y revisión del acogimiento residencial, su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30(1), 42-52.

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the Family as a Context Human Development: Research Perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The Bioecological Model of Human Development. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.). *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. 793-828. New York: John Wiley.

Campbell, F. A., Pungello, E. P., & Johnson, S. M. (2002). The Development of Perceived Scholastic Competence and Global Self-Worth in African American Adolescents From Low-Income Families: The Roles of Family Factors, Early Educational Intervention, and Academic Experience. *Journal of Adolescent Research*, 17(3), 277-302.

Carvalho, M. J., & Cruz, H. (2015). Promoção da autonomia em crianças e jovens em acolhimento em instituição. In M. J. Leote, H. Cruz & A. Salgueiro (Eds.). *Autonomia: Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição, Coleção Práticas e Reflexões sobre Acolhimento de Jovens em Instituição*. 4-15. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cecconello, A. M. & Koller, S. H. (2003). Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515-524.

Colman, P. K & Karraker, K. H. (2004). Parenting Self-Efficacy Among Mothers of School-Age Children: Conceptualization, Measurement, and Correlates. *Family Relations*, 49(1), 13-24

Dumbrill, G. C. (2006). Parental experience of child protection intervention: A qualitative study. *Child Abuse & Neglect*, 30, 27-37. doi: 10.1016/j.chiabu.2005.08.012

Duncan, G. J & Magnuson, K. (2001). Off with Hollingshead: Socioeconomic Resources, Parenting and Child Development. In M. Bornstein & R. Bradley (Eds.). *Socioeconomic Status, parenting, and child development*. NJ: Lawrence Erlbaum.

Dunst, C. J. (2002). Family-centered practices: birth through high school. *J Spec Educ*, 36, 139-147.

Dunst, C. J. (1995). *Key characteristics and features of community-based family support programs*. Chicago: Family Resource Coalition.

Dunst, C. J. & Trivette, C. M. (1996). Empowerment, effective helpgiving practices and family-centered care. *Pediatric Nursing*, 22, 334- 343.

Gibbs, N. G. (2016). Child Protection and Family Empowerment: Competing Rights or Accordant Goals. *Child Care in Practice*, 22(4), 386-400. doi: 10.1080/13575279.2016.1188760

Instituto da Segurança Social, I.P. (2017). *CASA – Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

Leandro, A.; Alvarez, D; Cordeiro, M.; Carvalho, R. e César, M. (2006). Manual de Boas Práticas, Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares. Lisboa, Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, Instituto da Segurança Social, I.P. <http://www.novofuturo.org/uploads/Manual.pdf>

López, M. J. R., Rosales, J. C., Chávez, M. L. M., Byrne, S. & Cruz, J. M. B. (2009). Factores que influyen em el pronóstico de recuperación de las familias em riesgo psicossocial: el papel de la resiliência del menor. *Psicothema*, 21(1), 90-96. Consultado em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=72711818015>

Lugo-Gil, J. & Tamis-LeMonda, C. S. (2008). Family Resources and Parenting Quality: Links to Children's Cognitive Development Across the First 3 Years. *Child Development*, 79(4), 1065-1085.

Magalhães, L., Silva, A. M. C., & Almeida, A. T. de. (2016). A mediação sociofamiliar no âmbito do acolhimento residencial. In A. M. C., Silva, M. L., Carvalho & L. R., Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas* (pp. 119-128). Braga: CECS.

Martín, E., Torbay, Á., & Rodríguez, T. (2008). Cooperación familiar y vinculación del menor com la família em los programas de acogimiento residencial. *Anales de Psicologia*, 24(1), 25-32. Consultado em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16724104>

Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco – Representações sociais, modos e espaços* (dissertação de doutoramento) em Estudos da Criança. Instituto de Estudos da Crianças da Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/3238>

Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A Abordagem Ecológica de Urie Bronfenbrenner em Estudos com Famílias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 63-77.

Muñoz, M. & Haz, A. (2007). Famílias Multiproblemáticas y em Riesgo Social: Características e Intervención. *Psyche*, 16(2), 43-54.

Osterling, K. L. & Han, M. (2011). Reunification outcomes among Mexican immigrant families in the child welfare system. *Children and Youth Services Review*, 33, 1658-1666. doi:10.1016/j.chilyouth.2011.04.020

Pinderhughes, E. E., Dodge, K. A., Zelli, A., Bates, J. E & Pettit, G. S. (2000). Discipline Responses: Influences of Parents' Socioeconomic Status, Ethnicity, Beliefs About Parenting, Stress, and Cognitive-Emotional Processes. *J Fam Psychol*, 14(3), 380-400.

Rodrigues, S., & Barbosa-Ducharne, M. (2017). Acolhimento Residencial em Portugal: Tempo de encontrar respostas sem deixar de questionar. In J. P. Gaspar & E. Santos (Eds.), *Acolhimento Juvenil no mundo - respostas sociais e estratégias terapêuticas fundadas na cultura* (pp. 155–179). Lisboa: Edições ex-Libris.

Rodrigues, S., Ducharne, M. B., & Valle, J. F. D. (2014). Differences and similarities in children's and caregivers' perspectives on the quality of residential care in Portugal: a first glance. *International Journal of Child and Family Welfare*, 15(1/2), 24-37

Rodrigues, S., Ducharne, M. B., & Valle, J. F. D. (2013). La calidad del acogimiento residencial em Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), 11-22.

Rodrigues, S. P. L. A (2018). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados* (dissertação de doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/119950>

Silva, J. (2013). *Famílias multidesafiadas em contexto de pobreza: vulnerabilidades e forças familiares: refletindo acerca da intervenção*. (Dissertação de mestrado não editada). Universidade de Lisboa, Secção de Psicologia Clínica e da Saúde, Lisboa, Portugal.

Sousa, L. (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto.

Thomson, J., & Thorpe, R. (2016). The Importance of Parents in the Lives of Children in the Care System. *Special edition of Children Australia Out of Home Care: The research agenda*, 28(2), 25-31. doi: 10.1017/S1035077200005551

Zick, C. D., Bryant, W. K. & Österbacka, E. (2001). Mothers' Employment, Parent Involvement, and the Implications for Intermediate Child Outcomes. *Social Science Research*, 30, 25-49. doi: 10.1006/ssre.2000.0685

Anexos

Código institucional: _____

Ficha de caracterização da instituição

1. **Idades prevalentes das crianças/jovens** (Selecione com um "X" a(s) opção(ões) mais adequada(s)):

0-3 anos 10-11 anos 18-25 anos

4-5 anos 12-14 anos

6-9 anos 15-17 anos

2. **Número de elementos na equipa educativa:**

3. **Número de elementos da equipa técnica:**

4. **Número de crianças/jovens acolhidos:**

5. **Participou no programa SER+:** Sim

Não

Anexo II – Questionário sociodemográfico

Código: _____

Questionário Sociodemográfico

1. Sexo: Masculino Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Escolaridade:

4º ano 9º ano Licenciatura
6º ano Secundário Outro: _____

4. Estado Civil:

Casado Viúvo Solteiro
Divorciado União de Facto Outro: _____

5. Situação atual de emprego:

Empregado Desempregado

6. Com quem habita?

Marido/Mulher ou Companheiro/Companheira Pais/Sogros
Filhos Outros: _____

7. Número de filhos: _____ filhos

8. Relativamente ao(s) seu(s) filho(s) acolhidos nesta Casa de Acolhimento por favor indique:

Filho 1	Idade: _____	Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo está acolhido nesta Casa de Acolhimento? _____ meses
Filho 2	Idade: _____	Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo está acolhido nesta Casa de Acolhimento? _____ meses
Filho 3	Idade: _____	Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>	Há quanto tempo está acolhido nesta Casa de Acolhimento? _____ meses

9. Já teve contacto, no passado, com outra Casa de Acolhimento:

Sim Não

Questionário sobre o envolvimento parental em acolhimento residencial

(Alpert & Britner, 2009; Tradução Ana Ferreira)

Por favor, responda às questões abaixo pensando na sua experiência no contacto com ESTA Casa de Acolhimento e, concretamente, com os técnicos responsáveis pelo caso do(s) seu(s) filho(s), neste momento.

Não existem respostas certas nem erradas e o questionário é anónimo.

Por favor, responda às questões de forma o mais sincera possível, no fim, confirme se respondeu a todas as questões.

Selecione com um "X" a opção com a qual se identifica mais, sabendo que:

1= *Discordo totalmente;*

2= *Discordo bastante;*

3= *Discordo;*

4= *Concordo;*

5= *Concordo bastante;*

6= *Concordo totalmente*

	1 Discordo totalmente	2 Discordo bastante	3 Discordo	4 Concordo	5 Concordo bastante	6 Concordo totalmente
1. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho focam-se nos meus pontos fortes.						
2. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho fazem-me sentir uma parte importante da equipa.						
3. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho envolvem-me nas reuniões acerca do caso.						
4. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho desenvolvem um plano baseado nos meus objetivos pessoais.						
5. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho encorajam-me a partilhar o meu ponto de vista.						
6. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam o conhecimento que tenho acerca dele.						

	1 Discordo totalmente	2 Discordo bastante	3 Discordo	4 Concordo	5 Concordo bastante	6 Concordo totalmente
7. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho valorizam-me enquanto pessoa.						
8. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho importam-se com o seu possível regresso a casa.						
9. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho estão disponíveis quando preciso deles.						
10. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me quando lhes peço ajuda.						
11. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho ajudam-me a estar, com frequência, com ele.						
12. Os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho põem-me em contacto com os serviços que preciso.						
13. A minha opinião é tida em consideração na definição dos objetivos do caso do meu filho.						
14. Eu tenho controlo sobre o sucesso do processo de acolhimento residencial do meu filho.						
15. Eu sou envolvido/a nas decisões tomadas em relação ao caso do meu filho.						
16. Quando eu falo com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho acerca da minha situação, sinto que eles me ouvem verdadeiramente.						
17. Eu sinto que a minha opinião é respeitada pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.						
18. Eu sinto-me respeitado/a enquanto pai/mãe pelos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.						
19. Eu confio nos técnicos responsáveis pelo caso do meu filho.						
20. Eu tenho os apoios de que necessito para completar o meu plano com sucesso.						
21. Eu sinto-me próximo/a do meu filho que está acolhido.						
22. Eu posso contactar com os técnicos responsáveis pelo caso do meu filho quando preciso de ajuda.						